

Cidades, ocupações e direitos no tempo presente: arquivos, história e resistências

Cities, occupations and rights in this time: files, history and resistance

Flávia Cristina Silveira Lemos, Dolores Galindo, Daiane Gasparetto da Silva, Bruno Jay Mercês de Lima

Resumo

Este artigo visa a realizar uma análise de alguns movimentos de ocupação urbana, em suas resistências às práticas de remoção e segregação nas cidades, de sorte a pensar os arquivos das violações de direitos e das lutas contemporâneas pela ocupação do espaço em políticas habitacionais e o acesso à cultura, ao transporte, à saúde e à educação. Os controles securitários, articulados em várias estratégias neoliberais de gestão urbana, tentam silenciar esses movimentos e impedir suas revoltas e organização política. Para tanto, acionam práticas repressivas, de violência e criminalização das lutas. Ainda assim, não cessam os movimentos e suas práticas de resistência, em busca de resguardar direitos sociais já estabelecidos em documentos nacionais e internacionais e de lutar pela invenção de novos direitos.

Palavras-chave

Ocupação, cidade, arquivos, história, resistências.

Abstract

This article aims to conduct an analysis of some urban squatters in their resistance to removal and segregation practices in cities. Think rights violations of files and contemporary struggles for occupation of space in housing policies and access to culture, transport, health and education. The insurance workers controls, articulated in various neoliberal strategies of urban management try to silence these movements and prevent revolts and political organization. Therefore, trigger repressive practices, violence and criminalization of the fights. Still, there have been constant movements and their practices of resistance in search of protecting social rights established in national and international documents and to fight for the invention of new rights.

Keywords

Occupation, city, files, history, resistences.

Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade Federal do Pará

Professora de Psicologia Social associada IV/UFPA. Psicóloga/UNESP. Mestre em Psicologia Social/UNESP. Doutora em História/UNESP. Professora adjunta IV em Psicologia Social/UFPA na graduação e na pós-graduação em Psicologia/UFPA e na pós-graduação em Educação/UFPA. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-PQ2.

flavialemos@ufpa.br

Dolores Galindo

Universidade Federal de Mato Grosso

Professora de Psicologia Social/UFMT. Psicóloga/UFPE. Mestre e Doutora em Psicologia Social/PUC-SP. Professora de Psicologia Social/UFMT.

dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

Daiane Gasparetto da Silva

Universidade Federal do Pará

Doutora em Psicologia/UFPA. Psicóloga/UFPA. Mestre em Psicologia/UFPA. Doutora em Psicologia/UFPA.

dai_gasp@hotmail.com

Bruno Jay Mercês de Lima

Universidade Federal do Pará

Doutor em Psicologia/UFPA. Psicólogo/UFPA. Enfermeiro/UEPA. Mestre e Doutor em Psicologia/UFPA.

bruno_lima@hotmail.com

Introdução

Objetiva-se, neste artigo, em formato de ensaio, efetuar a crítica do presente, pensando a cidade como espaço de lutas pela ocupação e pelo acesso aos direitos, em uma estilística da existência. Partiremos de uma problematização das dissidências políticas efetuadas frente aos dispositivos de segurança territorial e de gestão da população, os quais tentam expulsar dos centros urbanos grupos considerados refugos e párias da sociedade, em seus efeitos nos processos de subjetivação atuais.

A metodologia utilizada foi a dos estudos históricos, a partir de Michel Foucault. Esse texto é um desdobramento de pesquisas sobre a cidade, espaço e subjetivação, teóricos e, outros, documentais. Foram escolhidas três situações em que houve tensões explícitas de tentativa desapropriação e luta pelo espaço da cidade como direito social, tais como: Pinheirinho (SP), Estelita (MG) e Terra Firme (PA).

Assim, neste texto, problematizam-se as práticas de controle em meio aberto, tanto em suas visibilidades quanto nas dizibilidades na cidade em des/arquivamento, visa a assegurar a possibilidade de inventar espaços outros que abram brechas para as singularizações de existências, na multiplicidade e heterogeneidade dos planos de composição, em imanência das práticas sociais, como as lutas contra as remoções, em defesa dos centros antigos das cidades e pela ocupação de prédios abandonados e ads áreas centrais para moradia, como direito social à habitação, à mobilidade e à cultura.

Novas subjetividades controladas e as marcas que testemunham as inscrições do tempo e do espaço

É na conexão das forças diagramáticas, forjando linhas em variáveis e em variação, que podemos fazer traçados das cidades em transbordamento de fronteiras, a fim de sairmos do efeito paisagem de um cartão postal que o marketing turístico e o consumo econômico dos espaços implicam, na sociedade contemporânea.

A noção de revitalização dos chamados centros antigos das cidades produziu a violação de muitos direitos, tais como a remoção em lugares que outrora eram desvalorizados, em nome de uma reorganização espacial. Revitalizar se tornou uma palavra que ameniza a prática de remover pessoas, em nome dos interesses econômicos e políticos de grandes corporações, para a construção de metrô, avenidas, viadutos, trens rápidos, shoppings e estádios, grandes projetos de infraestrutura e de abertura de novos mercados para empresas e construtoras empreenderem seus negócios na cidade, em nome da circulação lucrativa (HARVEY, 2014).

A gestão do território se tornou parte de uma política de controle da circulação, no plano do governo da população, dos bens, dos alimentos, das riquezas, dos recursos naturais, dos transportes, dos saberes, das normas, do consumo e turismo, das doenças e perigos. Preocupar-se com o deslocamento produtivo e seguro se transformou em um objeto de governo relevante, na sociedade e no Estado governamentalizados. Deixar ir e vir, impedir liberdades em nome da segurança, prender, internar e vigiar são vários mecanismos que podem funcionar conjuntamente, em nome da garantia da ordem (FOUCAULT, 2008a).

Cidades mapeadas pela ordem jurídica puderam materializar a ordem disciplinar (FOUCAULT, 2008a). A defesa dos direitos assumiu um papel central na ordenação dos discursos e distribuição de poderes, na perspectiva da soberania jurídica, porém, persiste principalmente um

recurso retórico e de baixa eficácia, em tempos da política como guerra travada por outros meios (HARDT; NEGRI, 2012).

Em nome dos direitos e da proteção, muitos poderão morrer na racionalidade de defesa da sociedade. Fabricar os modos de ser segregados socialmente como párias é um processo de subjetivação marcado por estratégias de governo das condutas, diante das normas e pelas rupturas com as leis no Estado Democrático de Direito. Deixar morrer e matar os que se tornam opositores, questionadores e resistentes foi uma tônica da regulação política e militar das cidades contemporâneas.

Subjetividades com medo, inseguras, que clamam pela vigilância e pelas técnicas mais duras e, também, mais finas de controle e segurança têm proliferado com pedidos cada vez mais fascistas. As encomendas de segurança são antecipadas por sua oferta, e seus simpatizantes não se furtam a sofrer todo tipo de revista e a oferecer confissões e delações, a fim de punir e encarcerar ou até mesmo eliminar os que ameaçam esse projeto de defesa da sociedade.

Dispersar as revoltas foi um dos objetivos, mas, diante da frustração dessa tentativa e com a força aumentada das resistências, novas tecnologias bélicas de vigilância foram adquiridas, para tentar dissipar as dissidências (FOUCAULT, 1999a; 1999b). A coragem da verdade, pela palavra franca e pelo correr riscos de enfrentar processos de dominação, articular práticas de revolta e a disputa por direitos e pela fala foram pensadas por Foucault (2010), ao problematizar historicamente os arquivos.

Segregar grupos constituídos como perigosos, cercar os bairros das cidades por classes sociais, fabricar guetos, fazer cordões sanitários nas nomeadas zonas de risco, com as polícias das famílias, vigiar morros com exércitos e policiais militares chamados de pacificadores, prender manifestantes que protestam ou mesmo matá-los e torturá-los assinala o que de nós mesmos e de nossas democracias?

A exceção se torna a regra, nas democracias contemporâneas, segundo Agamben (2002). Em uma sociedade de direitos, a qual ampliou seguridades ao extremo, pudemos experimentar totalitarismos no interior da racionalidade liberal democrática, como foi o caso do nazismo, do fascismo, das ditaduras e do stalinismo. Por isso, Foucault (1988; 1999b) ressalta que os maiores massacres ocorreram justamente no período histórico em que a vida ganhou relevância pela biopolítica.

No momento em que fazer viver passou a ser uma prerrogativa dos Estados Modernos, matamos mais do que quando matar era o primeiro plano das atribuições de governamentalidade. Com efeito, o Estado de Direito não funciona sem um mercado da violência, mesmo que institucionalizado pelo monopólio estatal da violência. A compra e a venda de armas, de consultorias de segurança, de tecnologias de comunicação aplicadas à vigilância dos corpos entram nesse agenciamento financeiro-técnico-policial de regulação da circulação no espaço.

Deleuze e Guattari (2007) nos deixaram legado importante, para interrogar o controle do marketing e do mercado de serviços, ao questionarem o mapeamento do espaço pela segmentação estriada que recorta os circuitos e os captura, fazendo-os operar como serviços, em um mercado lícito e ilícito de armas, de corpos e de drogas, por exemplo, no capitalismo mundial integrado por agenciamentos axiomáticos.

A política não é apenas expressão jurídica de gestão das cidades e das circulações nas mesmas, pois opera por experimentação e tateio. O que é interessante dessa afirmação é que o Estado de Direito realiza apropriações das resistências no espaço, a partir das retiradas, dos avanços e dos recuos nos cálculos referentes às decisões políticas.

Portanto, o capitalismo vai adicionando axiomas e os faz entrar em mutação, para lucrar e controlar rapidamente as tentativas de fuga. De fato, “[...] não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica)” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Cidades como acampamentos militares, cidades de zumbis, lugares de consumo e de empreendedorismos são campos de concentração a céu aberto (PELBART, 2003; PASSETTI, 2006). Muros e entremuros é parte das táticas de segurança no controle espacial, em nome da ordem e do lucro securitário. Caldeira (2000) chega a aludir à cidade de muros, a fim de descrever e analisar a segregação urbana no Brasil, nas últimas décadas, a qual retira os grupos pauperizados dos centros das cidades e os envia para lugares distantes, isolando-os em certo cordão sanitário e estigmatizante.

Remover os impedimentos e silenciar as revoltas faz parte das estratégias usadas. Suspender direitos, aumentar punições, exterminar os que se colocam contra essas práticas, medicalizando e judicializando os corpos resistentes à docilização política da segurança instalada, da disciplina realizada e da soberania jurídica de exceção, com regra na política como guerra, por outros meios, em nome da paz. De que paz e de quem?

O urbanismo foi deslocado pela transmissão, pelo trânsito e pela transferência de corpos, objetos, paisagens e dispositivos de segurança. Uma desregulamentação topológica é seguida de uma tecnológica, da arquitetura de papéis à arquitetura vídeo-eletrônica, um mal-estar é forjado e passa a inquietar. As construtoras civis privatizaram a cidade, nos enclaves de condomínios e de empreendimentos caracterizados pela segregação espacial. O consumo de serviços, sua venda pelo investimento intensivo de marketing e no turismo urbano foram levados ao extremo do paroxismo de inclusão/exclusão/eliminação.

A construção civil, o lazer e as comunicações passaram a ser chamadas de práticas de reciclagem dos centros antigos, nos planos de urbanização revitalizada, em nome da segurança e do lucro. O desenvolvimento e o progresso na compra e venda de serviços, no capitalismo de especulação, foram alçados à prática de regulação do trânsito e dos negócios financiados, na concorrência dos mercados.

Cidade des/arquivamento: documento monumento e resistência

A cidade é um arquivo em produção, constituído historicamente por meio de processos de subjetivação permanentes, em que maneiras de viver, de sentir, de pensar, de se relacionar e de agir vão configurando, na correlação de forças múltiplas, a história das práticas de saber e de poder, na trama da resistência e das tentativas de capturas incessantes dos acontecimentos (FOUCAULT, 1979; 2004; 2008a).

A relação de forças é dinâmica e mutante, não é causal nem se reduz ao binarismo, pois possibilita abrir brechas de arquivar e desarquivar, no deslizamento da potência mesma dos encontros, estabelecidos nos entremeios da cidade e por ela, em linhas diagonais as quais transversalizam os modos de existência.

A cidade é um arquivo e faz arquivo, documenta e transborda os limites e fronteiras dos monumentos que agencia e arquiteta, em seus espaços instituídos. Os lugares planejados e a arquitetura contam a história das disputas travadas e dizem das resistências e dos intempestivos que se materializam em táticas de ocupação.

Foucault, em *Vigiar e Punir* (1999) assinala como muitas plantas de cidades eram semelhantes à organização dos acampamentos militares, em termos disciplinares de controle dos espaços e dos corpos e de sua distribuição, visando a diminuir as revoltas e a força dos movimentos de reivindicação.

Destarte, o arquivo pode ser transfigurado em processos de desarquivamento, criando um conjunto de visibilidades e invisibilidades, nessa prática de manejo dos documentos. Algumas práticas específicas são materializadas por um arquivista; este joga luz para alguns documentos e silencia quanto a outros, em sua emergência, pressionando para controlar por decreto e normas os modos de fazer circular saberes e poderes (FOUCAULT, 1979; 1999; 2008b).

Ver e poder ser visível podem permitir ganharmos fôlego para resistir, escondendo-nos, camuflando-nos e/ou buscando sermos vistos pela ocupação dos centros da cidade, deslocando as bordas e as periferias, fazendo do subúrbio centro e dos centros urbanos espaços conquistados, dispersando as forças centrípetas pelas centrífugas, o que pode muito em seus efeitos de mutação das formas de viver e inventar a cidade e os corpos (FOUCAULT, 2010). Com efeito, corpos, subjetividades e cidades entram em composição e desterritorialização (FOUCAULT, 1979; DELEUZE; GUATTARI, 1995). Constituir espaços outros se torna possível, na abertura à interrogação permanente como experiência de vida. É nesse aspecto que podemos efetuar batalhas com o uso dos arquivos da cidade, a fim de criar novos territórios de existência, ao efetivarmos a crítica histórica local das disputas pelo espaço como processos de subjetivação em meio à produção da cidade enquanto arquivo das forças em luta.

Podemos traçar outras linhas no campo de tensão das forças na cidade, para poder criar aberturas nas cristalizações e enrijecimentos das práticas arquivísticas. Por isso, as relações de saber e poder são estratégias dinâmicas; às quais operam por meio de ações sobre ações, a força com outras forças, em diagramas arquivos produtores de corpos, de história e de modos de vida, de acordo com Foucault (1988). Por isso, para Foucault (2010), há um risco em resistir, prática que ele denominou, a partir dos gregos antigos, *parresía*, a qual hoje pode ser apropriada pela ocupação da cidade para fazer nela um exercício político da coragem da verdade, por meio do dizer a palavra franca com todo custo e risco que esse ato possa ter.

Na verdade, no curso *O governo de si e dos outros* (2010); Foucault fez a crítica à minoridade como dispositivo que impossibilita a experiência ética, estética e política. Para lutar pela cidade e nela, é preciso romper com a tutela e a desvalorização do pensar na educação, de forma a efetivarmos uma atitude crítica frente ao presente enquanto um *ethos* guerreiro na cidade e pela cidade.

Assim, tratamos do desarquivamento da cidade como possibilidade de emergência de forças impedidas de circular, e de verdades, de serem ditas. Os riscos de deslocar outras políticas da verdade de nosso tempo e espaço, datados por certas práticas, ocorrem no ato de publicizar um arquivo cidade fora das paisagens tão comuns nos arquivos de revistas turísticas e cartões postais.

Escrever a história de maneiras diversas de documentar e contá-la por essa perspectiva opera uma inflexão em face do instituído das forças e saberes, o que pode potencializar as resistências e a criação de espaços outros. Todavia, falamos de quais resistências? Por intermédio de que tipo de relações de poder e saber elas ocorrem como enfrentamento e composição da/na cidade arquivo?

Segundo Foucault (1999), no poder disciplinar, havia uma espécie de bloqueio dos corpos com os leprosários excludentes do espaço da cidade. Já na disciplina mecanismo, foram criadas práticas mais móveis de inclusão em

meio aberto, que operavam com um modelo da cidade enquanto um acampamento militar sem muros. A primeira maneira de realizar a disciplina acarretava isolamentos e segregação espacial, enquanto a segunda forma trazia a possibilidade de ausência de interações e primava pela inclusão de todos no espaço aberto, através de controles mais finos de docilização política e ampliação da produtividade.

Por isso, Foucault (1999) afirma que o poder saber disciplinar forjaria e distribuiria os corpos no espaço como multiplicidades organizadas com o objetivo de diminuir as revoltas e resistências, ou mesmo tentar capturá-las e torná-las engrenagens políticas silenciadoras das dissidências e do falar franco, pela criação de espaços outros.

Nesse aspecto, Deleuze (1992) ressalta que o controle em meio aberto começa a deslocar a disciplina bloqueio com mais radicalidade do que a disciplina mecanismo, de sorte a operar uma segurança da circulação na cidade de forma mais incisiva, porém, mais rápida e mais leve, a ponto de as resistências ficarem mais difíceis pelo fato de os corpos ficarem mais livres (entre aspas), pois estão sendo vigiados e capturados pelos controles abertos, sem visualizarem mais enfaticamente que o estão sendo, como conseguiam nas disciplinas bloqueios e mecanismos.

Se as modalidades anteriores eram mais presentes nos séculos XVIII a XX, o controle é mais recorrente da segunda metade do século XX em diante. Esse processo de controle dos corpos na cidade em meio aberto não significa desaparecimento das modalidades de poder e saber disciplinares nos espaços. Os saberes arquivados em modalidades disciplinares trazem mais as infâmias para os dossiês e armários de equipamentos sociais de administração das condutas, enquanto os controles mais finos utilizam e fazem arquivos pelas câmaras e drones, por exemplo.

Os drones são aeronaves não tripuladas que percorrem os céus das cidades com dispositivos de vigilância aérea. Eram usados mais especificamente para as guerras e, neste tempo, começam a ser utilizados para vigiar e controlar, para agir nos fluxos de segurança e circulação na cidade, em face dos inesperados que poderão emergir de lutas e resistências. Passaram a ser veículos de monitoramento urbano dos protestos e ocupações, das reivindicações de movimentos sociais e de manifestações de inquietações contra explorações, violações de direitos e demandas por acesso à cidade e aos seus equipamentos diversos.

Talvez seja paradoxal, porém, é necessário pontuar que, apesar da inflação documental de legislações sobre possíveis insurgências, necessitamos continuar a olhar, também, para as zonas conexas aos enquadramentos legais, a fim de rastrear como o poder disciplinar, em conjunção com a defesa da segurança, continua a operar a relação entre proteção e controle social no espaço.

As máquinas diagramáticas de criação de arquivos da cidade e dos corpos inscritos pela história constituem uma positividade do poder saber disciplinar, no campo da fabricação da problemática genealógica da política da verdade. Há que se lidar com o risco constante do sufocamento total e do ruir das forças daqueles que estão diretamente sob o escrutínio da vigilância.

A confissão extraída dos atendimentos em estabelecimentos de cuidado e de proteção, os quais internam e recolhem na cidade aqueles que são alvo da medicalização e da judicialização da vida, tem, cada vez mais, ocorrido pela disciplina da ordem do discurso e das práticas de poder, em nome da segurança cidadina. Um arquivo de infâmias é criado com base nessas práticas e seus efeitos cotidianos, em dossiês a respeito dos atos dos corpos os quais são internados e recolhidos, para retirar de circulação na cidade os que incomodam e inquietam os policiais da ordem.

Paralelamente a esses processos de internação, recolhimento, medicalização e judicialização, as resistências acontecem na dinâmica móvel das modulações entre leis e normas, adotadas como táticas de governamentalidade na cidade e nas comunicações entre fronteiras, nas linhas das dobras que fazem ver e falar nos entremeios estéticos, nas problemáticas éticas e nos efeitos políticos (FOUCAULT, 1979).

As maneiras de governar são disputadas e constitutivas de alianças, de dispersões e bifurcações. Batalha-se, no diagrama das normas e das leis, no plano da fabricação das subjetividades historicamente, em uma atitude crítica frente ao presente, mesmo quando este desliza entre repartições da cidade policial e militar variadas.

Ora, onde há relações de poder há resistência, como nos ensinou Foucault (1999). Cada cidade tem sua monumental memória e as vilanias silenciadas de seus massacres, de seus controles disciplinares em meio aberto e em seus asilos feitos para depositar os refugos que ela engendra, em seus processos de inclusão/exclusão. Desarquivar e operar por novos arquivos silenciados anteriormente podem potencializar resistências diversas e relevantes.

Gohn (2011) assinala a história de movimentos dos sem teto, no Brasil, e sua luta pela habitação, almejando expressão e força no uso social do espaço como direito constitucional, delimitado pela Constituição Federal de 1988, promulgada no país após a abertura política na saída da Ditadura Civil-Militar.

A volta da democracia, depois de muitas lutas e torturas, desaparecimentos e exílios, silenciamentos e mortes, foi efeito de resistências variadas e possibilitou que os movimentos sociais saíssem da clandestinidade para concretizar o lugar de protagonista de protestos, ocupações, manifestações e pelas mais diferentes formas de organização política, social, afetiva, ética e estética.

Gohn (2010) aponta que, nos anos oitenta, do século XX, ganha vigor o movimento União Nacional por Moradia Popular, o qual sistematizou, em 1987, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que permanece atuante e, em uma página na internet, opera uma relação entre a rede de movimentos, oferecendo ferramentas importantes enquanto mecanismo de organização política para a resistência urbana e a busca de conquistas na esfera da habitação, da mobilidade urbana e da democratização da cidade.

Desse modo, a União Nacional por Moradia Popular ainda existe, está atuante e mantém igualmente uma página na internet, com notícias sobre os encontros do movimento e suas conquistas. Publica um jornal e uma agenda de ações, explicita o funcionamento da organização por Estados e oferece artigos para leitura e formação acerca do tema. Acompanha as matérias legislativas em pauta, as quais versam sobre o assunto e compartilha fotos e vídeos sobre ações das entidades que a constituem.

Nos anos dois mil, é criado o Movimento de Trabalhadores Sem Teto, que continua ativo e tem uma página na internet, onde articula os integrantes do movimento, dando visibilidade para as ações, vitórias, acompanhamento na mídia e indicações de estratégias e de links para leitura que fortaleçam o movimento e o ativismo por uma formação capaz de acionar a educação popular.

Interessante notar a relevância da internet para a articulação e visibilidade desses movimentos sociais de ocupação urbana. O chamado ciberativismo tem crescido e se tornado uma rede crucial de propagação das lutas urbanas e pela apropriação na/da cidade. A conexão dos saberes locais em relações com outras esferas, entidades, equipamentos, organizações e movimentos é uma ferramenta agenciada e intensificada pelas cidades e resistências em redes, as quais fazem arquivos para des/arquivar

testemunhos e acontecimentos no campo do comum (MALINI; ANTOUN, 2014).

Esses movimentos, paralelamente à luta pelo direito social de habitação, reivindicam transportes, saúde e educação nos bairros em que seus participantes moram; além de saneamento básico e acesso à cultura. Também tentam deixar suas marcas e singularizar espaços padronizados, tais como as casas populares e locais abandonados. Chauí (1985) chegou a apostar nas resistências frente aos conformismos na cidade, ao estudar as transformações feitas pelos moradores de bairros construídos por políticas habitacionais públicas, chamadas de casas populares, em bairros mais afastados dos centros.

Rolnik (1988; 1997) é uma arquiteta que participa de estudos e de movimentos pelo direito à moradia digna e ao uso social da cidade como uma política pública. Vem apontando os processos de desigualdades sociais e econômicas na ocupação urbana, no Brasil. Ela vem mapeando as lutas pela cidade, nas reivindicações de ocupação urbana e na forte política de expulsão que determinados grupos sociais vêm sofrendo.

Tais protestos vêm exigindo novos meios de transporte, como ciclovias e veículos coletivos. Buscam acesso à cultura e à produção cultural atrelada aos movimentos de ocupação de prédios e de resistência às remoções. Organizam cooperativas de construção e se articulam com os ecologistas, na preocupação em usar recursos que impliquem a captação da energia solar e da água da chuva.

Criam hortas em jardins e plantam ervas para temperos e chás, que distribuem entre vizinhos, em escolas e unidades de saúde. Compartilham caronas e livros, criam redes interativas para realizar denúncias e organizar passeatas. Filmam as violências cotidianas na luta pelo espaço e levam esses vídeos para a internet e para mídias alternativas e cortes de direitos. Reivindicam mais árvores e áreas verdes, boicotam; construções de barragens, rodovias e avenidas; participando de planos de criação de alternativas outras para as questões postas coletivamente, como enfrentamento atual com canais mais abertos ao debate e à decisão dialogada e conversada, mesmo sofrendo retaliações e perseguições (ROLNIK, 1999).

Não temem ser chamados de invasores e se articulam cada vez mais transversalmente com outras lutas e com movimentos outros, para ganharem força política. Em face desses movimentos, há uma descentralização urbana, de sorte que vários outros centros surgem e novas formas de moradia e habitação. Essas práticas forçam deslocamentos de serviços e de políticas públicas para áreas anteriormente segregadas (SPOSITO, 2008).

Ocupações e resistências: Pinheirinho, Estelita e Terra Firme

De acordo com Jorge Luiz Souto Maior (2012), a Ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), em 2004, passou a abrigar inúmeras pessoas em um terreno abandonado de um milhão e trezentos mil metros quadrados. Sendo propriedade da empresa falida Selecta, encontrava-se sem utilidade, o que propiciou a ocupação por parte de famílias afetadas pela má distribuição de renda, no país. Pela perspectiva de Souto Maior, a ocupação possuía caráter de ato político organizado, uma vez que provocava o Estado a repensar a forma como que tem efetivado o direito à moradia e a regulação da função social de propriedades. Diante das péssimas condições de vida dos ocupantes, no local, afirma-se o fato de que tal situação nem de longe se tratava de aproveitamento indevido, mas de uma crise no sistema

imobiliário do município, o qual se repete igualmente em outras localidades brasileiras.

Por meio de diversos veículos de informação, principalmente os de cunho informal, tais como blogs e páginas eletrônicas de movimentos sociais, sabe-se que, no dia 22 de janeiro de 2012, a Ocupação Pinheirinho foi violentamente invadida por aproximadamente dois mil policiais. Segundo postagem na página do Sindicato dos Bancários de Santos e Região, por representantes da Militância da INTERSINDICAL e anf.org.br (2012), tratava-se de ação de reintegração de posse anunciada pelo governo de Alckmin. A transmissão de informações ao público em geral contou com a propagação de discursos tendenciosos por parte de determinadas emissoras de televisão, tais como a Rede Globo, a qual tentou deslegitimar a luta das famílias da ocupação, ao caracterizar a Comunidade do Pinheirinho como uma “cracolândia”. Em face das iniciativas de despejo forçado, ao longo de duas semanas, os moradores da ocupação procuraram afrontar os policiais, de forma improvisada, com armas, escudos e barricadas, demonstrando intensa resistência urbana ante as forças de repressão estatal articuladas com os crescentes interesses imobiliários.

Três anos após o violento processo de desocupação, Ferreira (2015) salienta que tal acontecimento não pode ser esquecido, tendo em vista todos os efeitos negativos que essa ação truculenta deixou, na história dos sujeitos que compunham a ocupação. Produzir memória, nesse sentido, também auxilia na reivindicação urgente de ressarcimento às famílias que ainda estão à espera, por exemplo, de habitação (garantida pelos governos por meio da proposta de construção de conjunto habitacional) e que estão lutando pelo reajuste do aluguel social.

Outras formas de ocupação urbana também são encontradas pelo Brasil, devendo-se ressaltar o quanto os processos de resistência são importantes diante de violações de direito à cidade. Um dos exemplos é o caso do Movimento Ocupe Estelita, em Recife (PE), que, segundo Otoni e Anjos (2014), surgiu em resposta à venda pela União, em 2008, da área do Cais José Estelita (antes pertencente à Rede Ferroviária Federal) ao Consórcio Novo Recife, composto por quatro construtoras (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos). A partir de tal venda, o grupo lançou como objetivo construir na área doze torres residenciais e comerciais, mais um extenso estacionamento, o que ia de encontro com as expectativas de boa parte da população, a qual não foi consultada sobre a proposta de construção desses empreendimentos.

Muitos insatisfeitos com o Projeto Novo Recife, as pessoas mobilizaram-se no intuito de evitar a sua efetivação. Em 2012, intensificaram-se as intervenções populares voltadas para a interrupção do projeto. Até mesmo o Ministério Público Federal, Estadual, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como determinados parlamentares, uniram-se para enfrentar os desmandos praticados pelo capital imobiliário, em prol dos direitos urbanos e da participação social (MARTINS; MOREIRA, 2014).

Segundo Folgosi (2015), o referido movimento de enfrentamento passou a incentivar manifestações e ocupações, através de atos com uso de linguagens artísticas, tais como música, artes plásticas, poesia, além de discussões com profissionais da academia. De acordo com Otoni e Anjos (2014), em junho de 2014, a ocupação sofreu represálias violentas por parte da polícia militar, que tentou desmobilizar a luta dos ativistas por uma ação de reintegração de posse do terreno realizada fora dos protocolos estabelecidos pelo governo, o qual teria firmado o compromisso de avisar os ocupantes e o Ministério Público 48 horas antes.

Atualmente, existem cinco ações na Justiça relacionadas ao impedimento da demolição do cais: uma do Ministério Público Federal,

outra da ação civil pública do Ministério Público Estadual e mais três provenientes da população. Após intervenção do Ministério Público, houve a suspensão da obra, assim como do alvará que havia sido aprovado na Prefeitura, por meio de processo administrativo, o qual também foi anulado. Observa-se, portanto, que tais conquistas contra o Projeto Novo Recife são resultados do coletivo que luta pela democratização da cidade (FOLGOSI, 2015).

Tendo em vista os dois exemplos mencionados, é notório o quanto os fatores socioeconômicos contribuem para os embates travados em busca do direito ao espaço urbano. Na cidade de Belém (PA), os elementos históricos relacionados à ocupação do bairro da Terra Firme também ajudam na reflexão acerca dos efeitos da desigualdade social nas formas de habitar a cidade.

De acordo com Peregrino (2014), o referido bairro é um dos mais populosos da capital paraense, e determinadas características de ocupação de seu terreno e das políticas de segurança pública em vigor assemelham-se às encontradas em favelas do Rio de Janeiro. Segundo a autora, Terra Firme, que antes pertencia ao Governo Federal (estando vinculada à Universidade Federal do Pará e Universidade Federal Rural da Amazônia), passou a ser ocupada por grupos que reivindicavam moradia, por volta de 1940. Embora tenha sido realizado um acordo com os governantes, a fim de legitimar o fim social da terra, muitos moradores ficaram sem título de posse da propriedade na qual moram.

A questão da irregularidade na documentação das habitações, por conseguinte, aliada a todos os estigmas que o bairro carrega, por ser tachado de violento, propicia os preconceitos e violação de direitos de muitos daqueles que constituíram suas comunidades, no local. Um dos exemplos foi o recente caso, que ficou conhecido por chacina da madrugada do dia 4 para o dia 5 de novembro de 2014, na qual algumas pessoas pertencentes ao local foram assassinadas, tendo outras sido acuadas frente ao posicionamento de agentes da polícia, após a morte de um cabo da Polícia Militar, conhecido por agir violentamente por meio da Ronda Tática Metropolitana (ROTAM). Essa situação emblemática de violência ajuda a refletir sobre como os processos de ocupação urbana estão imensamente atravessados por fatores de ordem social, cultural e econômica.

Como forma de resistir aos preconceitos atrelados ao bairro, moradores da Terra Firme têm cada vez mais entrado em articulação para dar visibilidade aos vários aspectos locais que muitas vezes não são valorizados, em virtude da estigmatização de sua população. Nesse sentido, Peregrino (2014) aponta que ações como o Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF) e a Feira da Terra Firme têm sido importantes para ressaltar elementos históricos e culturais do povo que compõe esse bairro, que vão muito além da perspectiva da violência.

Considerações finais

Concluimos, provisoriamente, que as ocupações urbanas têm explicitado as resistências na cidade e com a cidade, com a franqueza da busca de direitos e acesso à justiça social. Criar espaços, derrubar muros, forjar ferramentas com arquivos das lutas pela ocupação urbana é uma prática de resistência e se atualiza em acontecimentos do presente em que existimos, com vigor e tenacidade.

Os arquivos, os escritos, os movimentos sociais, as pesquisas e tantas outras armas poderão ser dispositivos de parresía para efetuar a história problematizadora do presente. Pensar a ontologia histórica de nós mesmos consiste em fazer falar e ver outras versões e outros olhares da cidade, em deslocamento. A coragem como um modo de vida e um ato político na

cidade é possível para os que ousam correr e lutar por outra maneira de experimentar a cidade.

A organização política de grupos e o agenciamento coletivo para des/arquivar cidades outras mostram, não os cartões postais do turismo paisagem e dos projetos das construtoras em seus folders de oferta, mas a pulsante e viva memória dos combates locais, na história dos movimentos sociais e suas práticas de reivindicação, protesto, manifestação, criação e articulação potentes.

O empresariamento das cidades, com seus projetos denominados de revitalização e desenvolvimento empreendedor, não consegue calar e impedir que outras maneiras de pensar e inventar as cidades sejam concretizadas e gerem efeitos disruptivos, na lógica neoliberal. O governo das condutas nas artes de gerir a vida aciona diversas práticas, em um mercado urbano voraz, na racionalidade securitária e neoliberal da disciplina dos corpos, no espaço do fazer viver e deixar morrer da biopolítica.

Sobre o artigo

Recebido: 08/09/2020

Aceito: 10/10/2020

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EdUSP, 2000.
- CASTRO, E. **Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1997b.
- DELEUZE, G. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume V. São Paulo: Editora 34, 2007.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume III. São Paulo: Editora 34, 1997a.
- FERREIRA, T. Três anos depois da desocupação do Pinheirinho: por que não esquecer. **Diário Liberdade**, 2015. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/53943-tr%C3%AAs-anos-depois-da-desocupa%C3%A7%C3%A3o-do-pinheirinho-por-que-n%C3%A3o-esquecer.html> Acesso em: 03 fev. 2015.
- FOLGOSI, T. Ocupe Estelita: população de Recife luta pelo espaço público. **Brasileiros**, 2015. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2015/01/ocupe-estelita-populacao-de-recife-luta-pelo-espaco-publico/>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense, 2010b.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, V. 16, N. 47, 2011. pp. 333-361.
- GROS, F. A superioridade dos cursos. In: ARTIÈRES, P.; BERT, J-F; GROS, F.; REVEL, J. (Org.) **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 129-132.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes. O direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- MARTINS, M.; MOREIRA, M. O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupestelita-em-pe-3964.html>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- PM invade ocupação do Pinheirinho em São José dos Campos. Militância da Intersindical e anf.org.br. **Sindicato dos Bancários de Santos e Região**, 2012. Disponível em: http://www.santosbancarios.com.br/index.php?det=noticias_det&id=1920. Acesso em: 03 fev. 2015.
- OTONI, I.; ANJOS, A. B. Ocupe Estelita e as cidades das grandes empreiteiras. **Revista Fórum Semanal**, 2014. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/digital/152/especulando-lares-e-lazer/>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- PASSETTI, E. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **Verve**, n. 9, p. 83-114, 2006.
- PELBART, P. P. **Vida Capital: Ensaios de Biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PEREGRINO, M. C. Terra Firme: cultura e resistência na periferia de Belém do Pará. **Agência de Notícias das Favelas**, 2014. Disponível em: <http://www.anf.org.br/terra-firme-cultura-e-resistencia-em-belem-do-para/#.VNFvumddUbc>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROLNIK, R. **A lei e a cidade**. São Paulo: FAPESP/Nobel, 1997.
- SOUTO MAIOR, J. L. S. O caso Pinheirinho: um desafio à cultura nacional. **Migalhas**, 2012. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI149026,310470+caso+Pinheirinho+um+desafio+a+cultura+nacional>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- SPOSITO, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.
- VIRÍLIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- VIRÍLIO, P. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 2008.